

SUMÁRIO

Prefácio – NELSON NERY JUNIOR	11
Introdução	19
1. Direito subjetivo e situação jurídica.....	25
1.1 Teoria da <i>vontade</i> (Savigny e Windscheid) e teoria do interesse (Ihering)	27
1.2 Teorias mistas	33
1.3 A teoria de Jean Dabin.....	34
1.4 Teorias que <i>negam</i> o direito subjetivo.....	36
1.5 Do direito subjetivo à situação jurídica	38
2. A finalidade do direito e o exercício regular da posição jurídica e dos direitos subjetivos. Os dois núcleos essenciais do tipo (art. 187 do CC/2002): (i) fim econômico ou social do direito e (ii) boa-fé objetiva	53
2.1 A finalidade ou fim do direito (fim protegido pela norma).....	54
2.2 A função social da posição jurídica e dos direitos subjeti- vos. Esforço histórico – A <i>socialidade permeando o direito</i> <i>privado</i>	59
2.3 Função social e socialidade (princípio da solidarieda- de)	64
2.4 A boa-fé	68
2.5 A boa-fé como padrão de comportamento	71
2.6 Boa-fé e <i>cultura de transgressões</i>	75
2.7 A boa-fé como critério de interpretação dos negócios jurídicos.....	81



2.8 A boa-fé como limite para o exercício da posição jurídica e dos direitos subjetivos	84
3. O exercício abusivo da posição jurídica ou abuso no exercício de uma posição jurídica (“abuso de direito”)	89
3.1 Escorço histórico do exercício abusivo de uma posição jurídica ou abuso no exercício de uma posição jurídica (“abuso de direito”)	90
3.1.1 O “abuso de direito” no direito romano	90
3.1.2 O “abuso de direito” no direito medieval	95
3.1.3 O “abuso de direito” nas ordenações do reino e no direito pré-codificação (CC/1916)	97
3.1.4 O “abuso de direito” nos anteprojetos pré-codificação (CC/2002)	98
3.1.5 O “abuso de direito” e seu ressurgimento na jurisprudência francesa do século XIX	104
3.2 A nomenclatura “ <i>abuso de direito</i> ”	116
3.3 O “abuso de direito” no direito estrangeiro	123
3.3.1 O “abuso de direito” no Direito Prussiano	125
3.3.2 O “abuso de direito” no Direito Francês	126
3.3.3 O “abuso de direito” no Código Civil da Louisiana	127
3.3.4 O “abuso de direito” no Direito Chileno	130
3.3.5 O “abuso de direito” no Direito Espanhol	130
3.3.6 O “abuso de direito” no Direito Alemão	132
3.3.7 O “abuso de direito” no Direito Suíço	132
3.3.8 O “abuso de direito” no Direito Russo	133
3.3.9 O “abuso de direito” no Direito Italiano	140
3.3.10 O “abuso de direito” no Direito Grego	142
3.3.11 O “abuso de direito” no Direito Português	146
3.3.12 O “abuso de direito” no Direito Argentino	147
3.3.13 O “abuso de direito” no Direito Paraguaio	148

3.3.14	O “abuso de direito” no Direito Japonês.....	148
3.3.15	O “abuso de direito” no Direito Canadense (Código Civil de Quebec)	153
3.3.16	O “abuso de direito” na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	156
3.4	O “abuso de direito” no Código Civil de 1916	160
3.5	Teorias que procuram explicar o “abuso de direito”	166
3.5.1	O “abuso de direito” e a teoria subjetiva (<i>animus laedendi</i> ou <i>animus nocendi</i>)	166
3.5.2	O “abuso de direito” e a teoria objetiva ou finalística	168
3.5.3	O “abuso de direito” e a teoria mista	169
3.5.4	Nossa posição	170
3.6	O “abuso de direito” no Código Civil atual	171
3.7	O “abuso de direito” como ato ilícito	175
3.7.1	O “manifestamente” como requisito para configuração do ato ilícito <i>objetivo</i> do “abuso de direito”	198
3.8	O “abuso de direito” como conceito legal indeterminado.....	201
3.9	O “abuso de direito” como preceito de ordem pública ...	208
4.	Considerações finais	215
	Referências bibliográficas	219